



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado Chico Leite**



**REQUERIMENTO Nº RQ 2431/2017**

**(Do Deputado Chico Leite)**

L I D O

Em, 02/03/17

Secretaria Legislativa

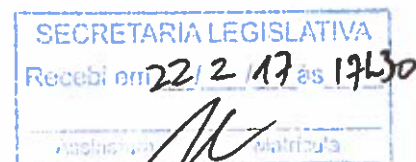
Requer a transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral para a realização de debates sobre a relação entre Planejamento Territorial e Mobilidade Urbana.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Em consonância com o que determina o art. 125 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requero a transformação da Sessão Plenária do dia 23 de março de 2017 em Comissão Geral, para a realização de debate sobre a relação entre Planejamento Territorial e Mobilidade Urbana.

Sector Protocolo Legislativo  
PA Nº 2431/17  
Folha Nº 01 C.C.

**JUSTIFICAÇÃO**



Desde a segunda metade do século passado, nosso país, assim como a maior parte do mundo, vivenciou uma mudança significativa em relação ao perfil de sua população: de um país majoritariamente rural transformou-se em urbano. Os levantamentos recentes nos mostram que mais de 80% de nossa população vive em cidades e, segundo a ONU, no ano 2030 a tendência é que a população urbana mundial chegue a 91%.

A falta de planejamento urbano, de gestão transversalizada e de investimentos, potencializada por crescimento urbano acelerado durante várias décadas criou problemas de carência de infraestrutura e de degradação ambiental que se agravam cada vez mais – a exemplo da mobilidade. A forma de ocupação do solo urbano, associada a políticas setoriais pouco integradas, acabou por



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado Chico Leite**



Tudo indica que se não fizermos nada para solucionar os problemas urbanos em sua raiz, dificilmente nossas cidades poderão ser sustentáveis, humanas, com condições aceitáveis de vida, limpas ou solidárias.

Um fator constantemente mencionado nos últimos 20 anos, em diversos eventos e publicações, nacionais e internacionais, como as Conferências de Rio (1992) e Joanesburgo (2002), Estatuto da Cidade (2001) e o PlanMob, do Ministério das Cidades (2007), é a intrínseca relação entre o desenvolvimento urbano, mobilidade e meio ambiente, comumente denominado ***o tripé da sustentabilidade urbana***.

Precisamos nos conscientizar de que qualquer mudança em fatores urbanísticos, tais como população, densidade, usos do solo, obras de infraestrutura urbana etc., impactam diretamente na mobilidade urbana de forma positiva ou negativa e, conseqüentemente, no meio ambiente.

Em Brasília, especificamente, o modelo de cidades-satélites cristalizou o caráter de dispersão territorial, que foi acentuado pelo desenvolvimento do padrão dos condomínios fechados. O Plano Piloto e as cidades adjacentes conformaram soluções espaciais apartadas por grandes vazios, desarticuladas umas das outras e significativamente distantes entre si.

Isso eleva o tempo médio de deslocamento para o trabalho para faixas acima de uma hora. Dos 10 municípios brasileiros com maior percentual de população com tempo habitual de deslocamento de mais de uma hora e até duas horas, encontram-se 5 municípios goianos da área metropolitana de Brasília – AMB.

Como consequência, há um movimento pendular significativo nos deslocamentos, o que demanda um sistema de transporte público eficiente, expressão da dependência destas cidades em relação à Brasília.

Além disso, no Distrito Federal, existem zonas de elevada densidade construída e habitacional longe do centro, enquanto áreas próximas ao Plano Piloto apresentam-se esparsamente ocupadas, justamente onde há maior oferta de transportes públicos.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado Chico Leite**



Este movimento pendular para o Plano Piloto, associado à elevada concentração de empregos e serviços (44,46% de toda a população do DF trabalha na RA-I), implica baixa frequência de viagens que não sejam entre as zonas residenciais e o Plano Piloto – além de em um reduzido número médio de conexões entre as diferentes Regiões Administrativas.

Isso reduz o grau de facilidade de deslocamento e aumenta seu custo. Como no DF as RAs de renda mais alta correspondem às aquelas próximas ao centro urbano, que apresentam maior facilidade de acesso ao centro de empregos e de comércio e serviços, a acessibilidade, em Brasília, torna-se um bem caro, agravando ainda mais o distanciamento econômico e geográfico entre grupos sociais.

A solução para esse problema está em uma nova política de desenvolvimento urbano visando à construção de um “urbanismo integrado”, multidisciplinar, holístico, redistributivo e incluyente, na qual o território passa a ser considerado o centro do planejamento urbano. Há que haver integração de políticas de uso e ocupação do solo, zoneamento urbano, habitação, saneamento com a política de mobilidade. ***E, sobretudo, a infraestrutura de transportes precisa parar de “correr atrás” do avanço desordenado da cidade, mas, pelo contrário, ser implantada antes do crescimento do perímetro urbano, para servir indutor espacial desse crescimento.***

A Política de Mobilidade Urbana deve ser entendida como um dos eixos estruturadores da Política de Desenvolvimento de Brasília, e é isso que propomos debater. Por todo o exposto, em face da importância e premência do tema, conclamo a adesão dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Sector Protocolo Legislativo

PA 1º 2431/17

Folha Nº 03 G.C

\_\_\_\_\_  
Deputado CHICO LEITE  
(REDE)

**Assunto:** Distribuição do Requerimento nº 2.431/17.

**Autoria:** Deputado (a) Chico Leite (REDE)

Ao SPL para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa, em caráter de URGÊNCIA, para inclusão na Ordem do Dia. (Art. 125 do RICL).

Em 02/03/17



---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

---

Sector Protocolo Legislativo

RD nº 2431/17

Folha Nº 0460